Universidades Lusíada

Magalhães, Andreia Alves de, 1972-
Gonçalves, Jorge Manuel, 1964-

Multiplicidades

http://hdl.handle.net/11067/5023

Metadados

Data de Publicação 2011

Resumo A cidade nunca deixará de ser um tema inesgotável para dissertar sobre o Homem e sobre a sua maneira de viver. Mais ainda quando em determinados espaços se chega a 70 ou 80% de população urbana, obrigando a que os problemas, as soluções, as expectativas, os sonhos, as inovações, os dramas, as decisões passem pela cidade. Esta concentração tem uma explicação, ou melhor, tem muitas explicações - umas comuns a todas ou a quase todas as cidades, outras que resultam dos contextos políticos, económico...

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] SdA, n. 06 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T03:42:06Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

MULTIPLICIDADES

ANDREIA MAGALHÃES Mestre em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Lusíada de Lisboa / JORGE GONÇALVES Doutor em Geografia e Planeamento Regional e Urbano – Ramo Gestão do Território, Universidade Lusíada de Lisboa / Instituto Superior Técnico

"…Uma descrição de Zaira tal como é hoje deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes…"

Italo Calvino

1. A relatividade do conceito de cidade

A cidade nunca deixará de ser um tema inesgotável para dissertar sobre o Homem e sobre a sua maneira de viver. Mais ainda quando em determinados espaços se chega a 70 ou 80% de população urbana, obrigando a que os problemas, as soluções, as expectativas, os sonhos, as inovações, os dramas, as decisões passem pela cidade. Esta concentração tem uma explicação, ou melhor, tem muitas explicações - umas comuns a todas ou a quase todas as cidades, outras que resultam dos contextos políticos, económicos e territoriais específicos, existentes na sua envolvente ou sob o seu domínio.

Estas constatações levam-nos a questionar a motivação para o urbano, isto é, o que está na origem desta procura ininterrupta ao longo da história do Homem, desde que este se tornou sedentário? Uma das respostas óbvias é a do traço mais vulgarmente reconhecido na nossa espécie que é a da tendência gregária, num primeiro momento como exigência de defesa da comunidade, num segundo como estratégia para obter melhores resultados na busca de uma contínua melhoria do quadro de vida.

Em paralelo com estes dois pilares do desenvolvimento urbano, encontra-se o poder. Nas suas múltiplas faces: religioso, político e, em grande medida, económico.

Figura 1 – Zonas de fronteira ou de continuidade?

Fonte: http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/ (visualizado em 24.7.05)

A especificidade dos espaços onde se desenvolveram as cidades e o ritmo sincopado da História conduziram a paisagens urbanas semelhantes em diversos traços gerais mas facilmente diferenciáveis nas suas particularidades, associadas à posição e ao sítio, aos volumes, às densidades, à arquitectura, ao urbanismo, à estrutura funcional, às pessoas que (nel)as vivem...

É dessa variedade que resulta uma parte substantiva do que entendemos ser a relatividade do conceito de cidade. Mas, também a uma escala mais cirúrgica essa relatividade se coloca. Ao atentar, por exemplo, nos espaços metropolitanos e nas suas fronteiras, as dúvidas assaltam-nos constantemente: Onde acaba a cidade? Quais são os seus limites físicos? Coincidem com os limites administrativos?

As duas imagens reportam-se aos limites da cidade de Lisboa, nas zonas de Belém e dos Olivais, sendo elucidativas das dificuldades de distinção entre a "cidade real" e a cidade administrativamente definida - Lisboa acaba em Belém? E Algés, já não é Lisboa? Acaba nos Olivais? E Moscavide, já não pertence à cidade?.

A consideração da cidade real deveria fazer-nos assumir também uma cidade de cidades, estendendo-se não só pelos espaços que estão "agarrados" pela continuidade do tecido urbano (designadamente os espaços designados como suburbanos) mas também outras cidades que, embora em descontinuidade física, fazem parte de um mesmo espaço metropolitano. Refira-se, a título de exemplo, em relação à cidade de Lisboa, as cidades de Torres Vedras, Setúbal ou Santarém.

Ainda num registo que adopta a compacidade e a continuidade como critério, a relatividade do conceito de cidade emerge quando nos deparamos com formas menos clássicas de urbanização, designadamente a periurbanização ou, se se quiser, a oposição cidade compacta/cidade dispersa com consequências determinantes na imagem da cidade e do território: "Na periferia coexistem realidades distintas: áreas habitacionais desqualificadas, com standards urbanísticos e de habitação muito abaixo do aceitável; produtos imobiliários de elevado *standing* e por vezes inovadores; condomínios habitacionais privados, parques tecnológicos e de escritórios, centros comerciais nas suas diversas configurações, parques temáticos, campos de golfe. Desta mistura de usos resulta uma "organização caótica", que constitui uma imagem vincada das novas periferias"[1].

[1] Pereira, Margarida (2004), "As metamorfoses da cidade dispersa", **GEOINOVA**, 10, pp.129-142.

2. A cidade no quadro legal português

Em Portugal, "cidade" corresponde a uma categoria política-administrativa de um lugar (como vila). De acordo com a legislação actualmente em vigor (Lei 11/92, de 2 de Junho), cabe à Assembleia da República (e às Assembleias Regionais, nas Regiões Autónomas) decidir sobre a elevação de um lugar à categoria de cidade, com base em vários critérios que combinam um mínimo populacional com a existência de determinados equipamentos e infra-estruturas e ainda com razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica.

Estas últimas razões têm justificado a elevação à categoria de cidade de um grande número de lugares cujo carácter nem sempre é claramente associado ao conceito de cidade.

Por esta razão, entre as mais de 140 cidades portuguesas, encontramos uma forte heterogeneidade, quer em termos de dimensão demográfica e extensão geográfica, quer quanto às características específicas das mesmas.

Acrescente-se ainda o facto de os critérios que, no passado, justificaram a concessão do título de cidade pelo Rei, serem muito distintos dos actualmente utilizados. Entre os motivos evocados nas Cartas Régias[2] (geralmente combinam-se várias razões) encontram-se questões de natureza muito diversa[3]:

- Função religiosa, associada à existência de um bispado, em que o Rei entendia ser um sinal de respeito atribuir a categoria de cidade ao núcleo que iria receber uma nova catedral (p.e.: Leiria, Portalegre, Pinhel, Castelo Branco).
- Recompensa à elite local ou ao povo pelos serviços prestados ao país ou à coroa, por exemplo no esforço de guerra (p.e. Elvas, com Castela; Beja e Tavira, com Mouros; Angra, Ponta Delgada, Faro, Lagos, armadas para a Índia) ou em serviços de natureza económica (p.e. Covilhã, Figueira da Foz).
- Recompensa a um senhor (p.e.: Bragança)

[2] Recorde-se que algumas cidades portuguesas são muito antigas, não se conhecendo nenhum documento que assinale a sua elevação de categoria, sendo nomeadas como cidades desde que há referência a essas povoações (como acontece com Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Lamego, Viseu, Évora, Silves).

[3] Cf. Teresa Barata Salgueiro (1992), **A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana**, Edições Afrontamento, Porto: pp. 23 e segs.

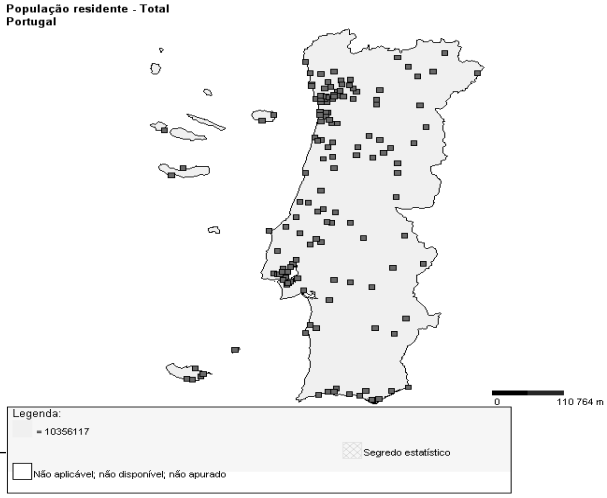
- Importância da população, presença de fidalgos, gente de merecimento ou grandes riquezas (p.e., Funchal, Aveiro, Angra, Ponta Delgada, Faro, Tavira).
- Aspectos locativos / situação natural (p.e. Horta, Viana do Castelo, Setúbal).
- Fidelidade à Rainha ou ao trono (p.e., Horta, Tomar, Viana do Castelo).
- História ou antiguidade (p.e., Tomar, Guimarães, Santarém).
- Tipologia urbana e arquitectura (p.e., Viana do Castelo, Tomar).
- Riqueza/actividades económicas (p.e., indústria – Tomar, Covilhã, Guimarães; comércio – Viana do Castelo, Setúbal, Guimarães).

Existem, por isso, nos nossos dias, cidades cujas características em quase nada se enquadram nos critérios definidos na legislação em vigor. Por tudo isto, é quase impossível afirmar que há um paralelismo entre a categoria do lugar e a sua dimensão, as funções nela existentes ou a sua imagem.

É, ainda, interessante constatar que a elevação de categoria não implica quaisquer contrapartidas directas de ordem prática, tendo sobretudo um valor simbólico, constituindo uma forma de satisfação do orgulho local. Numa lógica inversa, algumas vilas, que há muito satisfazem os critérios para a elevação de categoria, mantêm aquela designação, pelas virtualidades que, em determinados contextos, se associam ao conceito de vila, sobretudo por oposição às características mais negativas associadas às cidades (nomeadamente aspectos como a escala ou a qualidade de vida). As vilas de Sintra, Cascais e Oeiras são disso exemplo.

3. A(s) cidade(s) em Portugal

A evolução do número de cidades em Portugal foi progressiva até à década de 70 do século XX, altura em que se verificou um enorme incremento no número de cidades, particularmente nos territórios sububanos que envolvem as cidades de Lisboa e Porto. Esta situação resulta dos importantes fluxos de êxodo rural verificados sobretudo nos anos 60, a que se juntou, na década seguinte, o regresso de muitos residentes nas ex-colónias, que se instalaram, essencialmente, naquelas que viriam a ser as duas áreas metropolitanas portuguesas.



Nos anos 90, acompanhando a evolução do processo de urbanização da população portuguesa (que se vai concentrando em aglomerados populacionais de dimensão cada vez maior) continuou a verificar-se um significativo número de elevações de vilas à categoria de cidade.

Número de cidades existentes em Portugal

Data	Nº de cidades
1527-32 (1º Numeramento)	14
1801 (Tábuas Estatísticas)	21
1878 (2º Recenseamento)	33
1930	40
1970	40
1981	47
1991	95
2003	141

Fonte: T. Barata Salgueiro (1992) e INE (2002).

Pelas razões já apontadas, a maioria destas cidades localiza-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, na faixa litoral entre estas e ainda na orla algarvia.

Distribuição geográfica das cidades portuguesas

Quando se considera a dimensão demográfica destas cidades, verificam-se grandes disparidades, desde Lisboa e Porto, com cerca de 565 mil e 263 mil habitantes, respectivamente, até Santana (Madeira) com apenas 1396 residentes ou mesmo Miranda

do Douro, Praia da Vitória, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, cujo número de residentes não ultrapassa os 3 mil.

Em termos de extensão, são também muito claras as diferenças entre as cidades portuguesas[4], desde os cerca de 112 Km^2 de Santa Comba Dão até menos de 2,5 Km^2 de Lagoa, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa. Santa Comba Dão é, de facto, a maior cidade portuguesa em área[5], a que se segue Lisboa, com 85 Km^2. As cidades que ocupam as posições seguintes em termos de dimensão territorial são Coimbra, Vila Nova de Gaia e Aveiro, com áreas entre os 56 e os 59 Km^2.

Daqui resultam também densidades populacionais distintas, mais elevadas nas cidades de Queluz e Odivelas (respectivamente, cerca de 14 mil e 11 mil habitantes/Km^2) e na generalidade das cidades localizadas nas áreas metropolitanas e mais reduzidas em Santa Comba Dão (com apenas 111 habitantes/Km^2), Tondela (256 habitantes/Km^2) e Vila Baleira 299 habitantes/Km^2).

As diferenças entre as cidades portuguesas são também evidentes quando se analisa cada uma delas em particular e se identificam as características morfológicas e funcionais, bem como urbanísticas e arquitectónicas, que nos dão conta de uma enorme heterogeneidade. Se algumas cidades têm, de facto, uma forma e um conteúdo que associamos inequivocamente à cidade, em muitas delas, alguns valores que são mais consensualmente aceites como marcas da cidade (densidade, compacidade, diversidade funcional, etc.) estão praticamente ausentes.

4. A(s) cidade(s) do passado e do presente

Não se pretende aqui fazer história urbana mas apenas tecer breves comentários sobre a evolução da cidade para o que se torna

[4] A Lei que estabelece as condições de elevação dos lugares à categoria de cidade é omissa quanto à sua delimitação, o que faz com que nem sempre sejam claros os respectivos limites geográficos. O INE, nos trabalhos de produção do Atlas das Cidades de Portugal (2002) e do CD As Cidades em Números (2003) ensaia uma metodologia para a definição dos limites das cidades portuguesas, baseando-se nomeadamente nos instrumentos de planeamento e na respectiva delimitação dos perímetros urbanos. As áreas referidas são as indicadas nessas fontes.

[5] Esta extensão de Santa Comba Dão não pode deixar de estar associada à forma como foi definido o limite desta cidade nas fontes indicadas e que, como se poderá verificar quando analisada a densidade populacional, deverá incluir vastas áreas não urbanizadas e correspondentes a uma expansão de tipo periurbano.

indispensável distinguir desde logo entre o que é a Cidade Antiga e a Cidade do Presente. A fronteira é colocada justamente no momento da eclosão da Revolução Industrial.

É a partir dessa altura que vão surgir as grandes cidades mundiais, que se verifica um aumento brutal da taxa de urbanização e que se operam as transformações mais radicais nas cidades existentes.

Todavia, existe uma tentação quase inevitável, quando se aborda o tema urbano, de distinguir a cidade de hoje da cidade do passado, sendo que este passado se refere, geralmente, no discurso do cidadão comum, à escala de uma geração ou de apenas escassas dezenas de anos. E essa nostalgia do olhar conduz também muitas vezes a uma sobrevalorização "dessa" cidade por oposição à que temos hoje ou mesmo à que se adivinha num futuro próximo: os espaços públicos que eram mais vividos e frequentados, a facilidade das deslocações na cidade, a riqueza funcional, a densidade (habitacional, funcional, social...), etc. são valores comummente evocados como estando em perda nas cidades de hoje, defendendo-se uma recuperação dos mesmos.

Grandes mudanças se têm, de facto, operado nas cidades nas últimas décadas, alterando alguns elementos que constituiam, até há pouco, referências inequívocas das cidades. Referiremos apenas três dos aspectos mais marcantes dessas alterações: a dimensão, a morfologia e a estrutura funcional.

Dimensão

A cidade desde a Revolução Industrial não parou de crescer, em vários domínios: demográfica, económica e urbanisticamente. À Revolução Urbana propiciada com a invenção da agricultura, seguiu-se (com milhares de anos de intervalo...) a Revolução Urbana produzida pela Revolução Industrial a que ainda se pode juntar, de forma muito clara, nos países europeus mais atingidos pela Segunda Guerra Mundial, uma terceira Revolução Urbana resultante dos processos de reconstrução e fulgor económico. Em Portugal, por particularidades políticas e económicas, essa dinâmica deu-se mais tarde (a partir dos anos 60 do século XX). Estas alterações tiveram uma forte bidimensionalidade já que afectaram tanto a mancha urbana (alargamento contínuo embora, por vezes, em paralelo com novas cidades de descompressão dos núcleos principais como as *New Towns* inglesas), como os volumes demográficos.

Morfologia

A morfologia sempre foi um ponto de ancoragem seguro para analisar as cidades, o seu período histórico, a sua sociedade e o seu quadro político. Assim, uma textura orgânica, reticulada, radioconcêntrica, organizada por unidades de vizinhança ou ao longo das vias esclarecia, em grande medida, os contextos das respectivas sociedades e até do seu desenvolvimento tecnológico e conhecimento científico. A cidade pós-moderna não se põe à margem destes factos mas destaca-se pela ausência de uma regra clara na formação do tecido urbano ou pela adopção justaposta de várias daquelas morfologias.

Estrutura funcional

Os anos 80 do século XX marcaram o início de um processo de desindustrialização em muitos países europeus (nalguns esse movimento iniciara-se já nos anos 70) gerando, em paralelo, um movimento de terciarização acelerado, ocupando os espaços deixados vagos pela indústria e pela habitação ou outros espaços, nunca antes ocupados.
A cidade, que foi, durante muito tempo, o polo industrial por excelência, passou a ser um espaço que rejeita estas actividades, o mesmo se passando, ainda que em menor escala, com a função residencial, cada vez menos importante nos espaços urbanos centrais. Como as modificações foram pontuais e "sectorializadas" algumas novas paisagens urbanas surgiram colocando a par realidades muito díspares e até desmontando algumas das teorias que descreviam o espaço urbano (como a da distribuição social do espaço urbano). Hoje está a construir-se uma cidade fragmentada, onde a contiguidade espacial entre funções e classes diferentes é muito forte mas onde o afastamento social e económico é muito profundo[6].

São estas e outras transformações que acrescentam dificuldade à definição do conceito de cidade – como vimos, já penosa quando considerados diversos contextos territoriais ou períodos históricos, fazendo com que cada vez mais nos questionemos: de que falamos, quando falamos de cidade?

[6] Cf, MELA, Alfredo, **A Sociologia das Cidades**, Ed. Estampa, Lisboa, 1999.